

Como governam os ricos

Dani Rodrik

Project Syndicate, September 11, 2014

PRINCETON – Não é novidade que os ricos têm mais poder político do que os pobres, mesmo nos países democráticos onde todos têm um único voto nas eleições. Mas dois cientistas políticos, Martin Gilens da Universidade Princeton e Benjamin Page da Universidade Northwestern, apresentaram recentemente algumas descobertas duras para os Estados Unidos da América que têm implicações dramáticas para o funcionamento da democracia – nos EUA e em qualquer outra parte.

A pesquisa dos autores baseia-se no trabalho prévio de Gilens, que meticulosamente reuniu pesquisas de opinião pública sobre quase duas mil questões de política, de 1981 a 2002. O par então examinou se o governo federal dos Estados Unidos da América adoptou a política em questão no prazo de quatro anos após o inquérito e controlou o quão próximo o resultado se assemelhava às preferências dos eleitores em pontos diferentes da distribuição do rendimento.

Quando vistas de forma isolada, as preferências do eleitor “médio” – ou seja, um eleitor que fica a meio na distribuição do rendimento – parecem ter uma influência fortemente positiva na resposta final do governo. Uma política da qual o eleitor médio gosta é significativamente mais propensa a ser promulgada.

Mas, tal como Gilens e Page observam, isto dá uma ilusória impressão optimista da representatividade das decisões do governo. As preferências do eleitor médio e das elites económicas não são muito diferentes na maioria dos assuntos políticos. Por exemplo, ambos os grupos de eleitores gostariam de ver uma defesa nacional forte e uma economia saudável. Um teste melhor seria examinar o que o governo faz quando os dois grupos têm pontos de vista divergentes.

Para realizar esse teste, Gilens e Page prosseguiram com uma competição entre as preferências dos eleitores médios e as preferências das elites económicas – definidas como indivíduos no percentil mais alto da distribuição do rendimento – para ver quais dos eleitores exercem maior influência. Eles descobriram que o impacto do eleitor médio cai para níveis insignificantes, enquanto o das elites económicas permanece substancial.

A implicação é clara: quando os interesses das elites diferem dos interesses do resto da sociedade, são os seus pontos de vista que contam – quase exclusivamente. (Tal como Gilens e Page explicaram, devíamos pensar nas preferências dos 10% do topo como um representante dos pontos de vista dos verdadeiramente ricos, digamos, 1% do topo – a verdadeira elite.)

Gilens e Page apresentam resultados semelhantes para grupos de interesse organizados, que exercem uma influência poderosa na formação política. Tal como eles referem, “faz muito pouca diferença aquilo que o público em geral pensa” a partir do momento em que os alinhamentos dos grupos de interesse e as preferências dos americanos ricos são tidos em conta.

Estes resultados desanimadores levantam uma questão importante: Como é que os políticos que são indiferentes aos interesses da grande maioria dos seus eleitores são eleitos e, mais importante, re-eleitos, enquanto estão a mando sobretudo dos indivíduos mais ricos?

Parte da explicação pode ser que a maioria dos eleitores tem uma fraca compreensão de como funciona o sistema político e como ele é inclinado a favor da elite económica. Tal como Gilens e Page enfatizam, as suas provas não implicam que a política de governo piora a situação do cidadão médio. Muitas vezes os cidadãos comuns conseguem o que querem, em virtude do facto de que as suas preferências são frequentemente semelhantes às da elite. Esta correlação das preferências dos dois grupos pode tornar difícil para os eleitores discernirem a propensão dos políticos.

Mas outra, mais perniciosa, parte da resposta pode residir nas estratégias para as quais os líderes políticos recorrem a fim de serem eleitos. Um político que representa os interesses principalmente das elites económicas tem de encontrar outros meios de apelar às massas. Tal alternativa é fornecida pela política do nacionalismo, sectarismo e identidade – uma política baseada em valores culturais e simbolismo, em vez de interesses relacionados com o ganha-pão. Quando a política é travada por estes motivos, as eleições são ganhas por aqueles que são mais bem-sucedidos na “preparação” dos nossos marcadores culturais e psicológicos latentes, e não por aqueles que melhor representam os nossos interesses.

Karl Marx disse numa célebre frase que a religião é “o ópio do povo”. O que ele queria dizer é que o sentimento religioso podia obscurecer as privações materiais com que os trabalhadores e outras pessoas exploradas se deparam nas suas vidas quotidianas.

De forma muito semelhante, a ascensão da direita religiosa e, com isso, as guerras de cultura sobre os “valores familiares” e outras questões altamente polarizadoras (por exemplo, a imigração) serviram para isolar a política americana da ascensão afixada na desigualdade económica desde finais da década de 1970. Como resultado, os conservadores foram capazes de conservar o poder, apesar da sua busca por políticas económicas e sociais que são contrárias aos interesses das classes média e baixa.

A política de identidade é nociva porque tende a estabelecer limites em torno de um grupo privilegiado e requer a exclusão dos desconhecidos – aqueles que são de outros países, que têm outros valores, religiões ou etnias. Isto pode ser visto mais claramente nas democracias intolerantes como a Rússia, Turquia e Hungria. No sentido de solidificarem a sua base eleitoral, os líderes nestes países apelam fortemente aos símbolos nacionais, culturais e religiosos.

Ao fazerem isso, eles normalmente inflamam fúrias contra minorias religiosas e étnicas. Para os regimes que representam as elites económicas (e são muitas vezes corruptas “até ao tutano”), é um estratagema que compensa com generosidade nas urnas de voto.

Alargar a desigualdade nos países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento do mundo inflige, deste modo, dois golpes contra a política democrática. Não só

conduz a uma maior privação dos direitos civis das classes média e baixa; como também alimenta uma política venenosa de sectarismo entre a elite.